

DINÂMICA DE UMA SITUAÇÃO: A ECONOMIA BRASILEIRA EM AGOSTO DE 1986*



Clóvis Cavalcanti
Superintendente do INPSO
da Fundação Joaquim Nabuco

1. INTRODUÇÃO

Inegavelmente, o ano de 1986 deixará marcas profundas na economia do Brasil. Tendo começado sob as sombrias perspectivas de uma inflação média de 15 por cento ao mês, equivalente a 450 por cento ao ano e com inequívocos riscos de que poderia ser ainda pior, 1986 deverá findar com um ritmo inflacionário anual talvez inferior a 40 por cento.¹ Nenhuma mágica explica essa guinada. Tudo se deve ao elenco de medidas — o Plano Cruzado — que o governo, corajosamente, adotou em 28 de fevereiro, jugulando o mecanismo inercial de elevação do nível geral de preços. Esse elenco de medidas, através do qual amarrrou-se o sistema de preços do país — engessando-se a economia, como descreveu o ministro João Sayad, do Planejamento —, representa uma intervenção pervasiva no funcionamento da engrenagem econômica. Nesse sentido, constitui um momento crítico de reversão nas tendências inflacionárias dos últimos anos, em que a inflação esteve constantemente a subir de patamar. Trata-se de um nítido *turning point*. Mas de um *turning point* que é resultado da vontade dos governantes, e não um desfecho natural das forças que impulsionam uma economia. Contudo, não se pode concluir que o programa de estabilização econômica brasileiro esteja fadado ao insucesso. Pelo contrário, a precisão do diagnóstico que o antecedeu e a boa articulação das providências que lhe dão corpo permitem esperar importantes conseqüências benígnas do programa, sobretudo porque a situação brasileira anterior era insustentável e alimentava-se em processos doentios cada vez mais graves. Assim, vale a pena indagar como, 6 meses depois do Plano Cruzado, encontra-se o panorama econômico brasileiro, e quais as expectativas que, a curto e médio prazo, podem ser nutridas quanto ao futuro do país. Isso é o que tenciona fazer este artigo.

Antes de mais nada, é conveniente registrar que uma situação dinâmica como a brasileira apresenta fatores em constante transformação. Aparências de

* Este artigo é, como não poderia ser evitado, um texto de natureza conjuntural. Sua linguagem, seu modelo de desenvolvimento no plano da análise e sua base factual, assim, terminam dando-lhe uma aparência de matéria jornalística. Entretanto, a importância dos acontecimentos que a economia brasileira proporcionou desde 28 de fevereiro de 1986, torna obrigatória a presença de trabalhos de cunho conjuntural em publicações de ciências sociais do país, para que fique o registro de documentos que pretendem ser tanto um retrato quanto uma interpretação do cenário brasileiro.

um mês, por exemplo, mudam — em muitos casos, grandemente — no mês posterior, desorientando os observadores. Além disso, o governo tem agido frequentemente sob a capa do sigilo, de resto indispensável para iniciativas como a do Plano Cruzado, o que dificulta enormemente a identificação de cenários prováveis. De qualquer maneira, existem tendências que podem ser registradas, proporcionando luz para que se entenda o que está acontecendo e se formulem prognósticos. O resultado dessas análises interessa a todos, particularmente quando se sabe que está em jogo a natureza do processo de desenvolvimento do país nos próximos anos.

2. QUADRO GERAL OBSERVADO

Que caracterização se pode oferecer da conjuntura da economia brasileira em agosto-setembro de 1986? Veja-se inicialmente a questão inflacionária. Em janeiro e fevereiro, a taxa de crescimento mensal dos preços, medida pelo índice de preços ao consumidor ampliado (IPCA), foi de 16, 2 e 14,3 por cento, respectivamente. Essa taxa, com o Plano Cruzado, reduziu-se drasticamente a algo em torno de 1 por cento, chegando a 1,19 por cento em julho. A produção nacional, que mostrava sinais de recuperação desde o segundo semestre de 1984, por sua vez, prosseguiu crescendo em 1986 — com uma mudança, porém, nas características do processo. É que as pressões de demanda de um consumo cada vez mais aquecido têm levado a economia para um estágio próximo do esgotamento da capacidade produtiva. Ou seja, houve uma brutal recuperação da economia, muito acima do esperado, fenômeno decorrente, como o do declínio brusco da taxa de inflação, do lançamento do Programa de Estabilização Econômica (choque heterodoxo).

Essa iniciativa consistiu basicamente no congelamento geral de preços, câmbio e salários, na eliminação da indexação generalizada da economia, na substituição da moeda anterior, o cruzeiro, por uma nova unidade monetária, o cruzado, e na conversão dos contratos a prazo de Cruzeiros para Cruzados mediante uma taxa que elimina a expectativa inflacionária embutida nos contratos a termo.² Representa, assim, uma mudança brusca de orientação da economia, constituindo uma reforma monetária do mais amplo escopo. Ao fazer-se a reforma, pretendeu-se, em primeiro lugar, produzir uma freada súbita no processo inflacionário, o que foi conseguido de maneira bastante satisfatória, tendo em vista que a taxa de crescimento dos preços tornou-se, no primeiro mês de vigência do Cruzado, negativa, limitando-se a 1 por cento posteriormente. Ao lado disso, pretendeu-se garantir condições para a continuidade da retomada do crescimento econômico do país. Alcançou-se também tal objetivo em dose acima talvez da esperada, tanto que as pressões de demanda mostraram-se cada vez mais intensas ao longo dos primeiros meses da reforma econômica, obrigando o governo, em julho, a conceber medidas complementares ao Plano Cruzado, na tentativa de restabelecer certa ordem no sistema econômico.

Com relação ao setor externo, o que se observa em agosto é uma situação que, se não chega a ser claramente favorável, mostra sinais bem menos sombrios

do que os que se assinalaram ao longo do período 1982-1984 e mesmo em 1985. A dívida, que se mantém no patamar dos 100 bilhões de dólares, está sendo ainda renegociada sem a interferência do FMI — uma grande vitória política para o Brasil, na medida em que as condições de pagamento do débito brasileiro têm sido fixadas no contato, difícil, é certo, mas direto com os credores.³ Dois terços da dívida correspondem à parte dos bancos privados internacionais, com os quais o Brasil discute tanto os montantes dos pagamentos quanto as taxas de adicional de risco, ou de *spread*. As últimas providências a respeito são no sentido da redução dos *spreads* (de 2,5 para 1,24 por cento) e da fixação de um calendário suportável para pagamento a médio prazo de 31 bilhões de dólares. A questão da amortização da dívida junto aos credores oficiais, reunidos no chamado “Clube de Paris”, a quem o Brasil deve 35 bilhões de dólares, ainda não pôde ser retomada, sobretudo porque esses credores — caso do Presidente da *Federal Reserve Board*, Paul Volcker — exigem a prévia interferência do Fundo Monetário Internacional nas negociações, coisa com a qual o Brasil não está disposto a concordar, como ficou estabelecido desde que o Presidente Sarney assumiu o governo, dispensando os serviços do FMI. Enquanto isso, os negócios internacionais do Brasil desenvolvem-se de maneira natural. O país está exportando sem traumas, com um saldo do balanço comercial que se prevê para 1986 em 13 bilhões de dólares (5 por cento do PIB). O Brasil, portanto, conseguiu organizar de algum modo seu setor externo, fato esse que, com a contenção da inflação e a retomada do crescimento, leva a que se admita uma evolução favorável para os próximos meses no que tange ao comportamento da economia nacional.

Tudo vai depender, na verdade, do desempenho tanto do Plano Cruzado quanto das medidas que o vieram complementar em julho, consubstanciadas no denominado Plano de Metas. Este último consiste, essencialmente, em um grande esforço do governo para investir em infra-estrutura na economia, assegurando condições propícias para novos investimentos privados que levem a economia a crescer a taxas elevadas no período 1986-1990. A expectativa é a de que o Brasil possa expandir-se ao ritmo anual de 7 por cento. Para tanto, será necessário que a taxa de investimento bruto da economia salte do nível atual de 17 por cento do PIB para 22 por cento em três anos. Neste esforço de elevação do investimento, o financiamento a ser praticado, conforme antevê o Plano de Metas, não é, como anteriormente, o do endividamento externo, do arrocho salarial ou do confisco inflacionário, mas o da captação de poupanças privadas nacionais através de um empréstimo compulsório da população, retirado da venda de automóveis (novos e usados), da venda de combustíveis — álcool e gasolina —, da emissão de passagens internacionais feita no Brasil e da compra de dólares no câmbio oficial.⁴

Dessa forma, pensa o governo haver montado um esquema de controle da inflação e de estímulo à economia que se baseia no Plano Cruzado, no Plano de Metas e também no Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, aprovado anteriormente, em 1986, pelo Congresso, e que está em vigor. Com esses três instrumentos, o governo espera pavimentar o caminho para que a economia alcance desempenho positivo. Otimistamente, espera também que se eleve o bem-estar da população, que se erradique a miséria absoluta (até o ano 2.000), tornando-se o Brasil um país menos suscetível às crises econômicas internacio-

nais e mais apto a atender às necessidades dos diversos setores que o constituem. Sem dúvida, o Brasil leva uma série de vantagens para realizar uma tarefa de saneamento da economia dessa ordem. O lançamento do Plano Cruzado, por exemplo, contou com circunstâncias altamente favoráveis, tanto do ponto de vista do setor externo (as reservas internacionais, de mais de 9 bilhões de dólares, em fevereiro, eram tranquilizadoras) quanto do ponto de vista do setor público, cujas contas se não estavam perfeitamente equilibradas, mantinham-se aparentemente sob controle. Além disso, a situação cambial brasileira era estável, com as desvalorizações diárias do Cruzeiro acompanhando a correção monetária e sem que o país, na ocasião, estivesse submetido a grandes pressões ou choques de oferta, provocados por desastres naturais ou por conjunturas altamente desfavoráveis para os produtos brasileiros. A indústria do país estava crescendo na oportunidade (desde junho de 1984) e a taxa de desemprego baixava visivelmente. Todos esses fatores criavam um cenário favorável para que o Plano Cruzado fosse consumado pelo governo, encontrando, de outra parte, na população, uma acolhida das mais entusiásticas, particularmente quanto ao controle dos tabelamentos de preços, o que ajudou tremendamente no sentido de a taxa de inflação realmente se reduzir de maneira drástica nos instantes iniciais do Programa de Estabilização Econômica.

3. PROBLEMAS E CONQUISTAS DO PLANO CRUZADO

Decorridos os primeiros quatro meses do Plano, dois grandes problemas começaram a tomar corpo. Por um lado, pressões no sentido do descongelamento gradual dos preços — originadas em larga medida na maneira como o Plano Cruzado foi feito, sem que houvesse alinhamento prévio de preços relativos, de modo a que não existissem setores defasados e setores à frente, no tocante aos reajustes de preços. Na verdade, está aí uma grande dificuldade do congelamento. Não existia no Brasil, no momento em que ele foi instituído, uma hiperinflação, de sorte que os preços estivessem sendo sempre e quase simultaneamente remarcados. O Plano Cruzado veio com salários e preços que estavam atrás dos reajustes e com outros salários e preços que estavam avançados em relação a níveis médios reais. Com isso, criaram-se setores beneficiados e setores prejudicados pelo Plano. Daí, a necessidade mais evidente de uma revisão de preços, de um descongelamento, que passou a ser solicitado pelos setores não favorecidos pelo choque heterodoxo. O justificado temor, contudo, de que pequenos descongelamentos detonem processos inflacionários incontroláveis faz com que o governo insista na política de tabelamento geral. As pressões, no entanto, foram crescendo nos 6 meses iniciais do Plano Cruzado, e vieram em muitos casos a conduzir ao segundo grande problema enfrentado pelo Programa de Estabilização, que é o do desabastecimento ou desaparecimento de mercadorias das prateleiras de lojas e supermercados (o problema, além disso, se acentua com uma atitude neurótica de consumidores, insuflados por boatarias de escassez, que passaram a comprar não só para consumo corrente como também para a formação de grandes estoques domésticos). Esse fenômeno, aguçado pelo superaquecimento do consumo, representa um desafio para ser resolvido pelo setor produtivo da economia brasi-

leira. Produtos como carne e leite, como algumas mercadorias de uso doméstico, têm escasseado cada vez mais, tornando-se difícil sua compra por consumidores cuja perplexidade aumenta.

Na realidade, problemas como o do desabastecimento e o das pressões para liberação de preços estão ligados à questão da intervenção maciça feita sobre a economia, com o dismantelamento do sistema de preços e do mecanismo de mercado. É evidente que não se pode realizar, sem graves repercussões, uma intervenção como a que foi feita no Brasil. O mecanismo de preços não é substituível, não pode ser trocado por leis e decretos que digam como a economia deve funcionar, a não ser em casos emergenciais. O problema foi muito bem colocado pelo ministro do Planejamento, João Sayad, ao dizer que o Plano Cruzado era como um engessamento da economia. Tal como no caso de um membro quebrado, que precisa do gesso para se reconstituir e, terminado o período de tratamento, é necessário que a armação seja retirada, assim, vencida a emergência, a economia deve, em dado instante, voltar para o estado de ausência de congelamento. Nesse sentido, há toda uma preocupação com a modulação do descongelamento que se fará. No caso brasileiro, é evidente que problemas como o da memória inflacionária, institucionalizada através da correção monetária, não podem ser riscados da noite para o dia. Além disso, as implicações de ordem financeira, que são muito sérias, especialmente no tocante à mentalidade especulativa, do ganho fácil, que predominava nos espíritos de todos os agentes econômicos no país, têm que ser convenientemente pesadas, para que se saiba quando e como descongelar. Na verdade, estava todo mundo habituado a buscar formas de escapar à erosão inflacionária, recorrendo a uma variedade de transações especulativas em benefício da ampliação dos ativos financeiros, fazendo com que o mercado de dinheiro e papéis inchasse exageradamente e levasse os aplicadores a enriquecer de forma muito rápida.

Retirar a correção monetária generalizada, desindexar a economia, engessá-la dentro de um molde como o do Plano Cruzado não leva a que se anule a enraizada mentalidade especulativa existente, daí a necessidade de que o congelamento deva durar mais tempo do que seria desejado para que a economia volte a funcionar livremente de acordo com as leis de mercado. Essa cautela quanto ao momento do descongelamento acompanha-se de uma preocupação com respeito ao realinhamento dos preços relativos. Quando a economia está submetida a uma intervenção grande, é preciso esforço extraordinário para verificar quais os setores, quais os segmentos onde é indicado fazer um ajustamento, uma sintonia fina dos diferentes interesses em jogo para se encontrarem os níveis de equilíbrio. Não há mágica para se atingir tal situação. É preciso tanto um conhecimento muito profundo da estrutura da economia quanto o exercício paciente de um processo de tentativa e erro, caso por caso. É aqui, na realidade, onde se pode avaliar como o cálculo econômico dirigido não satisfaz como método alternativo ao mecanismo de mercado.

Fazendo-se um balanço de tudo o que está acontecendo no país, porém, o resultado a curto prazo tende a ser favorável. De um lado, tem-se o crescimento das rendas, o crescimento do salário real. Quando foi lançado o Plano Cruzado, a medida se acompanhou de um reajuste generalizado de salários, soldos e vencimentos, os quais foram corrigidos de acordo com a média de seu valor real

dos 6 meses precedentes, oferecendo-se simultaneamente a todas as categorias salariais um aumento de 8 por cento, real, nos ganhos. Com isso, melhorou-se a situação salarial da economia, estimando-se que os ganhos dos assalariados sejam da ordem de 10 por cento, o que representa uma inegável conquista redistributivista (a estimativa é de que o setor financeiro no todo perdeu algo como 2,5 bilhões de dólares). O aumento da remuneração do fator trabalho, porém, não produziu desemprego. E a razão é porque o consumo cresceu de tal modo que a expansão da ocupação produtiva, que já vinha se processando de maneira firme antes de fevereiro de 1986, encarregou-se de fazer o desemprego baixar de uns 5,5 para 4 por cento nos primeiros meses de vigência do choque heterodoxo (em abril de 1985, a taxa de desemprego aberto no país era de 6,1 por cento). Dessa forma, em termos do fator trabalho, pode-se considerar que o Plano Cruzado representa inequívoco sucesso.

No que toca ao setor público, a previsão do déficit governamental para 1986 tem-se mostrado confusa, havendo sido anunciada em julho uma fração de 2,8 por cento do produto interno bruto para o déficit operacional, contra 3,1 por cento em 1985. Ou seja, ter-se-ia uma vitória também no *front* do setor público do país, com isso reduzindo-se as pressões inflacionárias que a atividade de governo provoca. No entanto, a questão do déficit está longe de ter sido satisfatoriamente resolvida no Brasil, inclusive em virtude de muitos e sérios problemas conceituais. Além disso, as estimativas mais recentes permitem temer que as cifras do desequilíbrio das contas do Tesouro ultrapassem os 4 por cento do PIB, resultado que seria desastroso para o programa de estabilização. Desde que as despesas governamentais, por uma série de motivos, mostram-se inflexíveis no sentido descendente, somente um esforço de aumento da eficiência pode aliviar a ameaça inflacionária que um setor governo obeso constitui. É este, ao que parece, o desafio que se coloca para a tantas vezes protelada reforma administrativa.

A situação do setor externo mostra níveis altamente positivos das reservas internacionais brasileiras, acima de 9 bilhões de dólares. O país, por sua vez, está conseguindo fazer baixar sua taxa de *spread* (e não é sem tempo), contendo a evasão de recursos reais à conta do adicional de risco que exageradamente pagava aos credores, obtendo ainda diferimento da amortização do principal na negociação da dívida. O problema é que, mesmo com ganhos bastante favoráveis nas suas relações comerciais com o exterior, o país ainda não tem condições aritméticas de pagar o débito enorme que mantém — a menos que decida pela recessão. De qualquer maneira, o pagamento dos juros em 1986-1987 está assegurado, muito embora isso represente uma transferência de recursos do país para o exterior da ordem de 3,8 por cento do PIB, anualmente. Mas não há o que lamentar tendo em vista o alto grau de endividamento atingido pela economia brasileira, provocado pela desastrosa estratégia de desenvolvimento adotada anteriormente, a qual financiava perdulariamente investimentos no país (caso da Siderbrás, *v. g.*) com o recurso desmedido à poupança externa. No momento, o ministro Sayad assegura que o Brasil tem condições de crescer sem precisar de poupanças externas, o que não deixa de ser uma façanha bastante elogiável, e sem precisar simultaneamente de uma política de achatamento de salários.

O grande problema brasileiro atual reside no desafio da pobreza. De acordo com o Plano de Metas, espera-se erradicar a miséria absoluta do país até o fi-

nal do século. No entanto, as expectativas a respeito não são das mais brilhantes, tendo em vista que dentro do país existe um total de 70 milhões de pessoas que vivem ou em miséria absoluta ou em pobreza estrita, de acordo com estimativas feitas por estudo recente coordenado pelo Prof. Hélio Jaguaribe.⁵ É aí onde os problemas de fome, doença, habitação inadequada, falta de oportunidades de trabalho, esqualidez das condições de vida tornam difícilíssimo o cumprimento da tarefa de eliminação das mazelas sociais brasileiras. O problema se deve tanto à extensão da situação desfavorável das classes oprimidas brasileiras quanto ao modo em que vivem essas classes, completamente à margem, completamente sem poder de determinar as coisas mais elementares com relação às suas vidas.

A visão econômica é sempre muito mecanicista. Investe-se aqui, obtêm-se produto ali. Detonando-se certos mecanismos do sistema econômico, supõe-se que se vai terminar através de efeitos em cascata, elevando as condições materiais de vida das populações pobres. É essa a visão limpa do enfoque mecânico dos modelos econômicos. Sem embargo, não há nada que garanta que as coisas funcionem dessa maneira. Ademais, é preciso reconhecer que as alternativas para solução do problema da miséria e da pobreza no Brasil, devido a suas raízes estruturais, não se resumem a saídas econômicas. É preciso também contemplar a perspectiva sócio-política, a participação da coletividade na imposição de seus anseios, de seus planos, de seus projetos, para que as verdadeiras transformações tenham lugar.

A despeito de tudo, o Brasil é um país em situação vantajosa, em comparação com o México ou a Venezuela, por exemplo, para tratar e resolver seus problemas. A base de recursos físicos da economia brasileira avaliza essa vantagem, oferecendo-lhe importante cacife para o processo de suas negociações internacionais. Mesmo que o Brasil fosse levado a uma emergência em que a moratória unilateral constituísse a única saída, sua situação não seria tão catastrófica quanto a de um país que depende criticamente do exterior. As importações brasileiras anuais, da ordem de 14-15 bilhões de dólares, contrapõem-se a exportações que atingem 27-28 bilhões. Os investimentos que o país empreendeu depois do primeiro choque do petróleo, por outro lado, criando uma ampla indústria de base, fazem com que ele seja capaz de alcançar elevado grau de autonomia e, se preciso for, fechar-se diante de um comércio internacional que experimentasse grave comoção. Tal vantagem do Brasil permite que ele imponha condições, o que se tem feito em 1986, não da maneira contundente como foi sugerido por Fidel Castro — ou seja, simplesmente o calote —, nem tampouco da forma menos contundente do presidente Alan García, que limitou a 10 por cento das receitas de exportações o pagamento da dívida peruana ao exterior. O Brasil paga atualmente, sob a forma de amortização dos juros, quase a metade dos seus ganhos com exportação, o que equivale a quase todo o saldo da balança comercial. Trata-se de um substancial vazamento de recursos imprescindíveis para o combate às lamentáveis condições de vida da maioria do povo brasileiro, mas não deixa de ser a decisão de um país que evidencia a seus credores capacidade de pagamento e condições para determinar o caminho que lhe é mais favorável para a negociação da dívida.

4. PROGNÓSTICOS

O que vai acontecer no final de 1986 e em 1987? Essa é uma pergunta que, como sói acontecer em matéria de previsão econômica, pode ter muitas respostas. Com exceção de uns poucos, ninguém, por exemplo, imaginava que o Plano Cruzado fosse lançado a 28 de fevereiro de 1986, modificando as premissas do comportamento brasileiro. Apesar dos riscos, das incertezas, dos imponderáveis, é possível formar algumas projeções sobre as tendências econômicas futuras do Brasil. Abaixo, algumas delas.

Com relação à inflação, em primeiro lugar, considera-se justo um cálculo da taxa de aumento de preços que não excederá a 40 por cento no total de 1986. Ou seja, conservado o congelamento,⁶ e mesmo com o surgimento de ágios cada vez mais generalizados, não parece haver risco de uma explosão inflacionária. Em 1987, a taxa deve subir a 20 por cento, correspondente a 1,5 por cento ao mês.

Quanto à expansão da economia, ainda há espaço para elevação do PIB sem novos investimentos produtivos. Entretanto, para se conseguir uma taxa de crescimento anual de 6-7 por cento a partir de 1987, é indispensável que se forme capital líquido. As informações divulgadas sobre pedidos de financiamento ao BNDES permitem que, para 1987, se prognostique um período de expansão para a economia brasileira, muito em função da pressão interna do consumo. As possibilidades de maior integração com a Argentina devem ser contadas como influência positiva nesse sentido. É de se esperar que as receitas de exportações não subam tanto quanto nos últimos anos, mas não há problemas sérios à vista no comércio exterior brasileiro que comprometam a expansão da economia.

O setor externo do país, na verdade, pode se transformar em gargalo do crescimento econômico, se não se conseguir sustar em parte as transferências maciças de recursos correspondentes aos juros e principal da dívida externa. Neste ponto, a previsão é de que, dada a boa *performance* da economia do Brasil, e considerando que o país não tem sido inadimplente, se consiga um acordo com os credores que leve a sangria de recursos a se reduzir. Para tanto, conta favoravelmente também a conjuntura internacional propícia de taxas de juros declinantes, o que libera recursos para uso doméstico.

Na medida em que a questão da dívida pressione menos, sai ganhando o esforço de administração do déficit. É no setor governamental, na verdade, onde parecem residir os maiores focos de problemas conjunturais brasileiros, com repercussões nas políticas fiscal e monetária de curto prazo. Em 1987, prognostica-se um déficit da ordem de 2,5 por cento do PIB, proporção que representará, caso efetivada, uma grande conquista para o equilíbrio da economia nacional. Esse resultado poderá ser alcançado porque em 1987 deverá ocorrer um aumento do imposto de renda (sobre o ano base de 1986, em que, como se viu, aumentou a renda real, com simultânea queda dos recolhimentos na fonte). Além disso, a criação pelo Plano de Metas, do Fundo Nacional de Desenvolvimento, fará entrar recursos extras no Tesouro Nacional de quase 5 bilhões de dólares. Dessa forma, estaria contido, ao menos em parte, um foco permanente de pressões inflacionárias no Brasil — o setor público.

Dificilmente, 1987 registrará grandes avanços no âmbito das políticas sociais do governo. É que, basicamente, não se têm ainda as linhas mestras de um programa de melhoria do perverso panorama social que o relatório Jaguaribe diagnosticou. Ademais, avanços em um quadro estrutural de pobreza, grandes injustiças e exagerado desnível de rendas por classes da sociedade, é tarefa que requer esforços de prazo mais dilatado de maturação. Tomando-se a reforma agrária como indicador do que se está fazendo a esse respeito, a expectativa não é alentadora. Ou seja, é mais provável que em 1987 a economia passe bem, mas os pobres do país continuem a passar mal. Este, sem dúvida, é o maior desafio de uma sociedade tão assimetricamente desigual como a brasileira.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 Em janeiro a inflação, medida pelo IPCA, alcançou 16,2 por cento. Em fevereiro, 14,3. Entre novembro de 1985 e janeiro de 1986, a inflação anualizada atingia 360,2 por cento pelo IPCA e 453,7 por cento pelo IGP (os dados são todos da Fundação IBGE ou da Fundação Getúlio Vargas).
- 2 V. Luiz Bresser Pereira, "Inflação Inercial e Plano Cruzado", *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 3, jul. - set. 1986, p. 11.
- 3 Apesar de o Brasil insistir na ausência do FMI das negociações com os bancos privados, estes não desistem de pressionar para que a situação seja modificada. O governo americano endossa a posição dos bancos, levando a que o presidente Sarney tenha colocado em sua agenda de conversações com o presidente Reagan, em setembro, a questão da intermediação do Fundo Monetário.
- 4 As passagens aéreas e o dólar oficial de viagem foram elevados em 25 por cento. Os combustíveis, em 28 por cento. Os automóveis novos, em 30 por cento. Os carros até dois anos de fabricação, em 20 por cento e os carros entre dois e quatro anos, em 10 por cento.
- 5 Hélio Jaguaribe *et al.*, *Brasil, 2000 - Para um Novo Pacto Social* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986).
- 6 Segundo o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, "não há nenhum prazo para ser descongelado nada no Brasil" (*Folha de S. Paulo*, caderno de Economia, 31 de agosto de 1986, p. 37).

